



R. Latino Coelho, 64 - 1.º Esq.
2775-225 PAREDE

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1.

Examinámos as demonstrações financeiras de PRIVADO FUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (Sociedade), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 1.561.183 euros e um total de capital próprio de 1.018.669 euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 24.005 euros), as Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2.

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4.

Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



R. Latino Coelho, 64 - 1.º Esq.
2775-225 PAREDE

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5.

O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6.

Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7.

A Sociedade é detida pelo acionista único Banco Privado Português, S.A., o qual, em 31 de Dezembro de 2011 encontrava-se numa situação de insolvência técnica. Conforme referido na nota introdutória do anexo, por deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, em 15 de Abril de 2010, o Banco Privado Português, S.A. tem desde dia 16 de Abril de 2010 revogada a autorização para o exercício da sua atividade, encontrando-se desde essa data em dissolução e liquidação. Deste modo, o cenário de liquidação do acionista único poderá resultar numa contingência importante não especificada para a Sociedade.

OPINIÃO

8.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de PRIVADO FUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. em 31 de Dezembro de 2012 e o resultado das operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).

João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins
Revisor Oficial de Contas
Inscrição nº 573

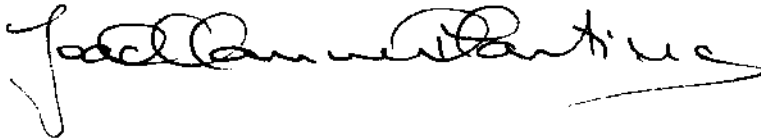
R. Latino Coelho, 64 - 1.º Esq.
2775-225 PAREDE

ÊNFASE

9.

As demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2011 foram por nós auditadas e a opinião sobre as mesmas encontra-se expressa num relatório datado de 15 de Outubro de 2012, a qual continha uma reserva idêntica à descrita no parágrafo 7 acima.

Lisboa, 6 de Março de 2013



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Acionista de
PRIVADO FUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas de PRIVADO FUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (Sociedade) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

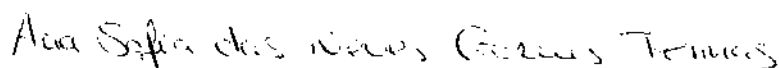
Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Recebemos do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade todas as informações e esclarecimentos solicitados.


No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2012, as demonstrações de resultados, fluxos de caixa e alterações nos capitais próprios e respetivos anexos, bem como o Relatório de Gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data, incluindo a proposta de aplicação de resultados. Apreciámos igualmente a Certificação Legal de Contas elaborada pelo Revisor Oficial de Contas, que inclui uma reserva, a qual mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, exceto quanto ao eventual efeito do assunto descrito no parágrafo 7 da Certificação Legal de Contas, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 6 de Março de 2013


Dra. Ana Sofia das Neves Gomes Terras
Vogal Efectivo


Dr. João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins
Vogal (Revisor Oficial de Contas)

PRIVADO FUNDOS - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	2012		2011		Notas	PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA		Notas	2012	2011
	Activo bruto	Amortizações	Activo líquido	Activo líquido		2012	2011			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	562.333	-	562.333	464.448	6	Recursos de outras instituições de crédito	6	24	24
Aplicações em instituições de crédito	4	980.662	-	980.662	1.001.389	7	Provisões	7	508.485	457.180
Activos tangíveis		3.137	(3.137)	-	-	5	Passivos por impostos correntes	5	23.356	-
Activos por impostos correntes		18.188	-	18.188	3.231	8	Outros passivos	8	12.649	17.200
							Total do passivo		542.514	474.404
							Capital	9	1.498.004	1.498.004
							Outras reservas e resultados transitados	10	(503.340)	(499.707)
							Resultado do exercício	10	24.005	(3.633)
							Total da situação líquida		1.018.669	994.664
Total do activo		1.564.320	(3.137)	1.561.183	1.469.068		Total do passivo e da situação líquida		1.561.183	1.469.068

O anexo faz parte integrante destes balanços.

A Administração

[Handwritten signatures]
 António Silva

O Técnico Oficial de Contas

[Handwritten signature]
 Lourdes Silva

PRIVADO FUNDOS - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

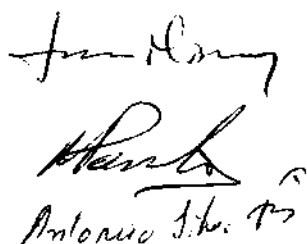
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)


	<u>Notas</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros e rendimentos similares	11	99.404	1.389
Juros e encargos similares		-	-
Margem financeira		99.404	1.389
Rendimentos de serviços e comissões		-	-
Encargos com serviços e comissões		(101)	(17)
Resultados de reavaliação cambial		-	(1)
Outros encargos de exploração		-	-
Produto bancário		99.303	1.371
Gastos gerais administrativos	12	(3.886)	(4.042)
Provisões líquidas de reposições e anulações	7	(49.305)	-
Outros Encargos e gastos operacionais		1.249	(268)
Resultado antes de impostos		47.361	(2.939)
Impostos	5	(23.356)	(694)
Resultado do exercício		24.005	(3.633)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

A Administração


António Silva, P.

O Técnico Oficial de Contas


Luísa Silva

PRIVADO FUNDOS - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA


PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

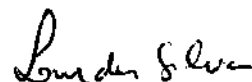
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Recebimentos de juros	100.131	-
Pagamentos a fornecedores	(8.162)	(4.142)
Pagamento de impostos sobre lucros	(13.708)	(775)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	(376)	(245)
Aplicações em instituições de crédito	20.000	(1.000.000)
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	<u>97.885</u>	<u>(1.005.162)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	464.448	1.469.610
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	562.333	464.448

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

A Administração


António Silva

O Técnico Oficial de Contas


Lourenço Silva

PRIVADO FUNDOS - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Reservas legais	Reservas livres	Total de reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1.498.004	27.812	184.101	211.913	(780.653)	69.033	998.297
. Transferência do resultado do exercício de 2010 para resultados transitados	-	-	-	-	69.033	(69.033)	-
. Resultado do exercício de 2011	-	-	-	-	-	(3.633)	(3.633)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1.498.004	27.812	184.101	211.913	(711.620)	(3.633)	994.664
. Transferência do resultado do exercício de 2011 para resultados transitados	-	-	-	-	(3.633)	3.633	-
. Resultado do exercício de 2012	-	-	-	-	-	24.005	24.005
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1.498.004	27.812	184.101	211.913	(715.253)	24.005	1.018.669

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Privado Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (Sociedade) é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa. A Sociedade tem por objecto a gestão de organismos de investimento colectivo, incluindo fundos de investimento mobiliário e imobiliário.

A Privado Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. é detida pelo accionista único, Banco Privado Português, S.A. (doravante abreviadamente designado por "Banco Privado" ou "BPP S.A."), o qual, por deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, em 15 de Abril de 2010, tem, desde o dia 16 de Abril de 2010, revogada a autorização para o exercício da sua actividade, encontrando-se desde essa data em processo liquidação.

Desde o dia 23 de Julho de 2010, a Sociedade não tem a seu cargo a gestão de qualquer fundo.

Em Assembleia Geral, realizada a 21 de Dezembro de 2012, foi decidido que o Conselho de Administração irá submeter a deliberação da Assembleia Geral uma proposta tendo em vista a dissolução voluntária da Sociedade.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, e das Instruções do mesmo Banco nº 23/2004 e nº 9/2005, regulamentos estes emitidos no uso da competência que lhe é conferida pelo Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro. Não obstante, atendendo ao decidido na última Assembleia Geral realizada em 2012, as perspectivas para o ano de 2013 passarão pela dissolução voluntária da Sociedade. Ainda assim, o Conselho de Administração da Sociedade entende que, caso tivesse optado por preparar as demonstrações financeiras no pressuposto da liquidação, não existiriam diferenças materialmente relevantes.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, não existem excepções com impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade entre as NCA e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 não foram ainda objecto de aprovação pela Assembleia Geral. Contudo, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua actividade encontram-se reflectidos contabilisticamente ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo do periodo em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que corresponde a quatro anos.

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, os activos tangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros)

b) Especialização de exercícios

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 os depósitos em instituições de crédito, apresentam o seguinte detalhe por contraparte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos à ordem:		
. Em instituições no País		
. Banco BPI	55.848	7.268
. Banco Privado	506.485	457.180
	-----	-----
	562.333	464.448
	=====	=====

Os depósitos à ordem não são remunerados.

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 as aplicações em instituições de crédito, apresentam a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos a prazo:		
. Em instituições no País		
. Banco BPI	980.000	1.000.000
. Juros a receber	662	1.389
	-----	-----
	980.662	1.001.389
	=====	=====

A taxa de remuneração anual associada à aplicação, em 2012 e 2011, é de 2,43% e 5,00%, respectivamente.

5. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2012 e de 2011 corresponde a 26,5%.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, excepto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade do direito à liquidação é de seis, quatro e cinco anos para os prejuízos fiscais incorridos até 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Dessas revisões poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais.

As declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2007, 2008 e 2009 já foram objecto de inspecção, não tendo resultado quaisquer actos tributários.

As declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2010, 2011 e 2012 ainda poderão ser objecto de inspecção. No entanto, na opinião do Conselho de Administração, também não é previsível que qualquer correcção ou liquidação adicional relativamente a estes exercícios seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

LM
AP
D
B.O.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica "Activos por impostos correntes" corresponde aos pagamentos especiais por conta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas dos exercicios de 2008 a 2012 (2009 a 2011, em 31 de Dezembro de 2011).

No exercicio de 2012, o pagamento especial por conta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas pago em 2008, no montante de 1.250 Euros, que tinha sido anulado por contrapartida da rubrica da demonstração dos resultados de "Impostos correntes", no exercicio de 2011, foi revertido por contrapartida da rubrica da demonstração dos resultados "Impostos correntes", atendendo ao facto de este ainda ser passível de utilização no presente exercicio.

Os pagamentos especiais por conta são recuperáveis até ao quarto exercicio posterior àquele em que são efectuados, mediante dedução à colecta de IRC apurada.

Em 31 de Dezembro de 2012, a Sociedade não reconheceu impostos diferidos activos ou passivos, dado que não existiram situações que levem à sua contabilização.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada no exercicio de 2012 pode ser demonstrada como se segue:

	2012	
	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		47 361
Imposto apurado com base na taxa nominal	26.50%	12 551
Diferenças temporárias:		
Provisões não dedutíveis	27.59%	13 066
Restituição de impostos não dedutíveis (PEC 2008)	-0.70%	-331
Reporte de prejuizos fiscais	-4.07%	-1 929
Impostos sobre o rendimento	49.31%	23 356

6. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 esta rubrica refere-se a um descoberto bancário não remunerado em depósito à ordem domiciliado no Banco Privado.

7. IMPARIDADE DE ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido na rubrica de Perdas por Imparidade foi o seguinte:

	2012				Saldos em 31-12-2012
	Saldos em 31-12-2011	Reforços	Utilizações	Outros	
Imparidade de depósitos à ordem no BPP S.A. (Nota 3)	457.180	49.305	-	-	506.485
	457.180	49.305	-	-	506.485
	2011				Saldos em 31-12-2011
	Saldos em 31-12-2010	Reforços	Utilizações	Outros	
Imparidade de depósitos à ordem no BPP S.A. (Nota 3)	457.180	-	-	-	457.180
	457.180	-	-	-	457.180

Atendendo ao facto de a Sociedade se encontrar na esfera do Grupo Banco Privado, ao qual foi revogada a autorização de funcionamento pelo Banco de Portugal, em 16 de Abril de 2010, o depósito à ordem domiciliado no Banco Privado não se encontra coberto pelo Fundo de Garantia de Depósito, tendo-se registado a imparidade pelo seu valor total.

Handwritten signatures and initials:
 C.H.
 M.P.
 Q. M.
 P. A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros)

8. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
. Auditores e revisores	12.649	17.200
	-----	-----
	12.649	17.200
	=====	=====

9. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o capital da Sociedade encontra-se totalmente subscrito e realizado pelo accionista único, Banco Privado Português, S.A., e apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Capital:		
. Acções	300.804	300.804
. Valor nominal	4,98	4,98
	-----	-----
Valor Nominal	1.498.004	1.498.004
	=====	=====

10. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Reservas:		
. Reservas legais	27.812	27.812
. Outras	184.101	184.101
Resultados transitados	(715.254)	(711.620)
	-----	-----
	(503.340)	(499.707)
Resultado do exercício	24.005	(3.633)
	-----	-----
	(479.335)	(503.340)
	=====	=====

Reserva legal

De acordo com o disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, a Sociedade deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital, transferindo anualmente para esta reserva um montante não inferior a 10% do lucro líquido. Esta reserva só poderá ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados, após esgotadas as demais reservas, ou para aumentar o capital.

11. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros e rendimentos similares		
. Juros de aplicações em instituições de crédito	99.404	1.389
	-----	-----
	99.404	1.389
	=====	=====

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "Lil"
 - Middle right: "AF"
 - Bottom right: "Qm"
 - Far bottom right: "B.C."

12. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outros serviços especializados	3.611	3.802
Contencioso e notariado	275	240
	<u>3.886</u>	<u>4.042</u>
	=====	=====

13. EFFECTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a Sociedade não tinha nenhum funcionário afecto à sua actividade, sendo o seu funcionamento assegurado por elementos do Banco Privado, não procedendo este a qualquer cobrança pelos serviços prestados.

14. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade não são consolidadas.

15. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS

Justo valor

O Conselho de Administração da Sociedade entende que, em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o valor dos instrumentos financeiros activos e passivos registados ao custo amortizado não difere significativamente do seu justo valor.

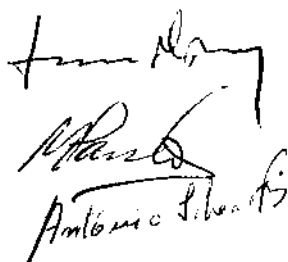
Risco de crédito

A Sociedade considera que, face à sua actividade, não se encontra exposta ao risco de crédito. De referir que os activos da Sociedade correspondem essencialmente a disponibilidades no Banco Privado (accionista único) e no Banco BPI.

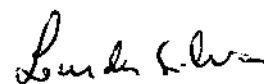
Risco de taxa de juro, de liquidez e de mercado

A Sociedade considera que, face à sua actividade, não se encontra exposta aos riscos de taxa de juro, de liquidez e de mercado. De referir que, em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a Sociedade não tinha contraído financiamentos.

A Administração


António Silva

O Técnico Oficial de Contas



PRIVADO FUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Apresentação

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, vem a administração da PRIVADO FUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (Sociedade), apresentar o relatório referente à actividade da Sociedade durante o exercício de 2012.

2. Introdução

Em 2012, a Sociedade não teve a seu cargo a gestão de qualquer fundo.

3. Análise económica e Financeira

Os principais proveitos da Sociedade, durante o ano de 2012, estão registados na rubrica “Juros e rendimentos similares” e correspondem ao rendimento do depósito a prazo remunerado a uma taxa anual de 2.43% (em 2012) e 5% (em 2011).

Por outro lado, as principais despesas encontram-se registadas na rubrica “Gastos gerais administrativos” e referem-se, essencialmente, a despesas com serviços especializados.

Adicionalmente, em 2012, foi registado o reforço da imparidade sobre depósitos bancários, de 49.305 Euros, de modo a que o saldo da conta junto do Banco Privado Português, S.A., no valor de 506.485 Euros, fique totalmente provisionado. Este montante está indisponível atendendo à situação de insolvência em que o BPP se encontra desde 16 de Abril de 2010.

4. Perspectivas de Evolução da Actividade

A PRIVADO FUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., é detida pelo accionista único, Banco Privado Português, S.A., o qual, por deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, em 15 de Abril de 2010, tem, desde o dia 16 de Abril de 2010, revogada a autorização para o exercício da sua actividade, encontrando-se desde essa data em processo de liquidação.

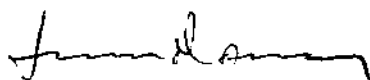
Handwritten initials 'LH' and a signature 'M. Q.' are present in the bottom right corner of the page.

Atendendo ao facto de a Sociedade não ter a seu cargo a gestão de qualquer fundo, e em face do cenário de liquidação do accionista único, foi indicado pelo Conselho de Administração, em reunião de Assembleia Geral, realizada aos vinte e um dias do mês de Dezembro de dois mil e doze, que irá proceder à submissão a deliberação da Assembleia Geral uma proposta tendo em vista a dissolução voluntária da Sociedade.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração da PRIVADO FUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., propõe que o resultado líquido positivo apurado, no montante de 24.005,03 Euros (vinte e quatro mil e cinco euros e três cêntimos), seja aplicado em resultados transitados na sua totalidade.

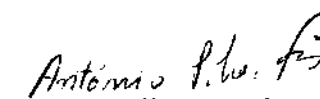
Lisboa, 5 de Março de 2013



Luís Máximo dos Santos
Presidente do Conselho de Administração



Manuel Mendes Paulo
Administrador



António Silva Ferreira
Administrador